



### LEI Nº 392/2014.

**EMENTA :** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal sobre Drogas de Vertente do Lério-PE e dá outras providências

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERTENTE DO LÉRIO, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso das atribuições constitucionalmente definidas e estabelecidas na Lei Orgânica do Município, faz saber que Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

Art.1º. Fica instituído o Conselho Municipal sobre Drogas – COMAD, como órgão normativo, de deliberação coletiva e de natureza paritária, o qual no âmbito municipal e segundo as peculiaridades locais, integrar-se-á ao Conselho Estadual sobre Drogas (CONENS) e ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de que trata o Decreto Federal 5.912, de 27 de setembro de 2006.

Art. 2º. São objetivos do Conselho Municipal sobre Drogas - COMAD, de Vertente do Lério-PE:

- I. Instituir e desenvolver o Programa Municipal sobre Drogas – PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de prevenção e de redução da demanda e da oferta de drogas.
- II. Propor, articular, coordenar e acompanhar programas de ações destinadas à redução da demanda de drogas, compatibilizando-o com as diretrizes do Conselho Estadual sobre Drogas de Pernambuco;

# VERTENTE DO LÉRIO



"NOSSA BANDEIRA É O DESENVOLVIMENTO"

- III. Acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão ao tráfico, executadas pelo Poder Público Estadual e Federal, apresentando sugestões quando necessário;
- IV. Propor ao Prefeito e à Câmara Municipal, medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta Lei;
- V. Promover a atuação coordenada e a integração dos órgãos municipais governamentais ou não, de entidades particulares e a participação das comunidades em atividades destinadas à fiscalização, prevenção, tratamento, reinserção social, redução de danos sociais e à saúde e repressão sobre o uso e abuso de drogas e seus efeitos no indivíduo e na sociedade;
- VI. Promover intercâmbio de informações e propostas aos órgãos afins, em nível regional e estadual;
- VII. Orientar, supervisionar e apoiar o funcionamento de instituições que, no âmbito do Município, promovem atividades de recuperação, tratamento e reinserção de usuários de drogas;
- VIII. Firmar acordos e convênios com órgãos municipais similares, instituições e entidades da sociedade civil do município e da região que atuam na área de drogadição;
- IX. Estimular estudos e pesquisas, visando ao aperfeiçoamento das atividades relacionadas ao controle e fiscalização do tráfico e uso de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica;
- X. Desenvolver programas de prevenção baseados em evidência científica;
- XI. Articular entre as secretarias estaduais e municipais (saúde, educação, juventude, Assistência Social, Segurança Pública e Cultura e Turismo), a promoção de atividades de prevenção ao uso indevido de drogas.

§ 1º. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I. Redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção